

Diretor reconhece que há um processo de desinflação global em curso

Galípolo: meta do IPCA não é para se discutir

O diretor do BC afirmou que a viabilidade de cumprir a meta de inflação do Brasil, de 3%, é um "não-tema" para o Comitê de Política Monetária (Copom)

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse que a viabilidade de cumprir a meta de inflação do Brasil, de 3%, é um "não-tema" para o Copom. "A meta não é para se discutir, é para se perseguir", afirmou, em um evento organizado pela Upload Ventures, em São Paulo. "Na minha opinião, o Banco Central nem deveria votar na meta de inflação no Conselho Monetário Nacional." Galípolo voltou a afirmar que "estamos num período de redução dos balanços dos bancos centrais e de juros mais altos". A discussão, de acordo com ele, é sobre

quão longo é o 'higher for longer' - ou seja, o período em que os juros precisarão ficar elevados por mais tempo -, especialmente nos Estados Unidos. A questão, segundo Galípolo, é que a permanência do juro norte-americano em níveis altos aumenta a dificuldade na disputa por capital, já que há algum enxugamento da liquidez. Como o aumento da necessidade de rolagem da dívida norte-americana afeta a relação de oferta e demanda, o "yield" torna-se mais alto. A avaliação do diretor do BC é de que mesmo com o cenário global mais adverso, o Brasil fica ainda melhor. "Estou otimista com o Brasil, e não é de agora", disse. **PÁGINA 2**

CONGRESSO

Haddad entrega projeto da reforma tributária

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quarta-feira, 24, que foi autorizado pelo presidente da República Lula, a entregar "em mãos" aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o projeto de lei que vai regulamentar a reforma tributária. Este primeiro projeto tratará das normas comuns do IBS e da CBS federal. **PÁGINA 6**

TIKTOK



O CONGRESSO DOS EUA APROVOU O PROJETO DE LEI QUE PODE PROIBIR O TIKTOK NO PAÍS ou forçar a venda do aplicativo, fazendo uma repreensão histórica à propriedade chinesa da plataforma de compartilhamento de vídeos após anos de tentativas fracassadas de lidar com os supostos riscos à segurança nacional do aplicativo. A proposta dará à empresa controladora do TikTok, a ByteDance, cerca de nove meses para vender o aplicativo extremamente popular ou enfrentar uma proibição nacional, um prazo que o presidente poderia estender por 90 dias se a venda estiver em andamento. Espera-se que o TikTok conteste a medida, estabelecendo uma batalha legal de alto risco. **PÁGINA 5**

ACORDO

Nvidia anuncia compra da fornecedora Run:ai

A Nvidia disse na quarta-feira, 24, que concordou em adquirir a Run:ai, uma fornecedora de software de gerenciamento de carga de trabalho de computação de inteligência artificial com sede em Tel-Aviv. Os termos do acordo não foram divulgados. O site da Run:ai afirma que seu software foi desenvolvido para melhorar a eficiência nas cargas de trabalho executadas em unidades de processamento gráfico (GPU). **PÁGINA 3**

EXPANSÃO

Heineken amplia receita em 7,2% no 1º trimestre

PÁGINA 3

CARRO ELÉTRICO

Volkswagen vai aumentar vendas no mercado chinês

A Volkswagen anunciou na quarta-feira, 24, que planeja aumentar suas vendas e participação no mercado de veículos da China até 2030. Particularmente, a empresa prevê crescimento nos lucros com um "portfólio específico para a China", focado em avanços tecnológicos e no mercado de carros híbridos e totalmente elétricos (EVs, na sigla em inglês). **PÁGINA 4**

CONCURSOS

CCJ do Senado aprova projeto que amplia cotas



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, por 16 votos a 10, o projeto de lei que prorroga por dez anos a política de cotas raciais para concursos públicos e processos seletivos para a administração pública federal, direta e indireta, incluindo fundações públicas e autarquias. Além disso, o texto aumenta dos atuais 20% para 30% o total das vagas reservadas para cotas raciais. **PÁGINA 6**

DIÁLOGO

Blinken inicia viagem à China, em meio as tensões

O Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, iniciou na quarta-feira, 24, uma viagem crítica à China, logo após a aprovação pelo Senado americano de um pacote de ajuda externa que fornecerá bilhões de dólares em assistência à Ucrânia, Israel e Taiwan, bem como forçará a empresa controladora do TikTok, ByteDance, a vender a plataforma de mídia social. Todas as áreas são pontos de discórdia entre Washington e Pequim e devem ser discutidas na viagem de Blinken, segundo revelaram autoridades americanas. **PÁGINA 5**

DESPESAS

Lira: PEC do Quinquênio não deve seguir adiante



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse na quarta-feira, 24, que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que concede aumentos para juízes e integrantes de outras carreiras do serviço público, conhecida como PEC do Quinquênio, dificilmente prosperará na Casa. O assunto é discutido no Senado com a bênção do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). **PÁGINA 7**

IBOVESPA 124.740,69 ↓ -0,33%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETRORECSA ON NM	22.090	+4.74%	+1.000
IGUATEMI S.AUNT ED N1	21.410	+2.10%	+0.440
P.ACUCAR-CBDON NM	2.82	+1.81%	+0.05
AMBEV S/A ON	12.04	+1.52%	+0.18
VALE ON NM	63.56	+1.24%	+0.78

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETZ ON NM	4.66	-9.51%	-0.49
CASAS BAHIA ON NM	5.680	-4.86%	-0.290
VAMOS ON NM	7.000	-4.11%	-0.300
USIMINAS PNA N1	8.76	-3.74%	-0.34
AZUL PN N2	9.59	-3.52%	-0.35

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	41.23	-0.46%	-0.19
VALE ON NM	63.56	+1.24%	+0.78
ITAUNIBANCO PN N1	31.86	-0.44%	-0.14
PETROBRAS ON N2	43.27	-0.44%	-0.19
ELETROBRAS ON N1	36.76	-1.18%	-0.44

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	38.460,92	-0,11%
S&P 500	5.071,63	+0,021%
NASDAQ	15.712,75	+0,10%
DAX 30	18.088,70	-0,27%
FTSE 100	8.040,38	-0,055%
IBEX 35	11.027,80	-0,43%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,147	5,148	↑ 0,34%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,006	0,006	↑ 0,30%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,507	5,508	↑ 0,31%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,418	6,422	↑ 0,57%

OURO

BM&FBovespa/Grana	Comex NY/Onça
R\$ 385,52	2.318,1

SITUAÇÃO FISCAL

Galípolo admite que meta de inflação não é para se discutir

Galípolo defendeu que o BC deveria perseguir as metas estabelecidas, mas quando chegou ao órgão, havia ceticismo no mercado sobre a possibilidade de cumpri-la

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse que a viabilidade de cumprir a meta de inflação do Brasil, de 3%, é um "não-tema" para o Comitê de Política Monetária (Copol). "A meta não é para se discutir, é para se perseguir", afirmou, em um evento organizado pela Upload Ventures, em São Paulo. "Na minha opinião, o Banco Central nem deveria votar na meta de inflação no Conselho Monetário Nacional."

Galípolo defendeu que o BC deveria perseguir as metas estabelecidas pelo Poder democraticamente eleito. As declarações vieram em resposta a uma pergunta sobre a viabilidade de se atingir a meta de inflação de 3%, considerando a situação fiscal do País. Segundo Galípolo, essa dúvida aparece no mercado desde o ano passado.

Ele relatou que, quando chegou ao Banco Central, havia ceticismo no mercado sobre a possibilidade de cumprir o alvo. No segundo semestre de 2023, afirmou, a preocupação diminuiu e, agora, voltou a aparecer.

"Tem havido idas e vindas, e para a gente é perseguir a meta que foi determinada", disse o diretor do BC.

Galípolo voltou a afirmar que "estamos num período de redução dos balanços dos bancos centrais e de juros mais altos". A discussão, de acordo com ele, é sobre quanto tempo é o "higher for longer" - ou seja, o período em que os juros precisarão ficar elevados por mais tempo -, especialmente nos Estados Unidos.

A questão, segundo Galípolo, é que a permanência do juro norte-americano em níveis altos aumenta a dificuldade na disputa por capital, já

que há algum enxugamento da liquidez. Como o aumento da necessidade de rolagem da dívida norte-americana afeta a relação de oferta e demanda, o "yield" torna-se mais alto.

"Há uma adversidade adicional quando se fala de juro americano mais alto porque com o Tesouro americano pagando o juro o que paga, fica difícil competir por recursos", destacou o diretor do BC.

Ainda, de acordo com Galípolo, o estresse nos juros de Treasuries hoje parece relacionado a leilão do Tesouro dos EUA. Para ele, a pressão de rolagem de dívida nos EUA vem crescendo.

Mesmo com juro mais alto e atividade mais resiliente, há um processo de desinflação global em curso, disse Galípolo, ao participar do Upload Summit, em São Paulo. Ao se referir mais especificamente ao Brasil, ele afirmou que o desafio do País está em promover um crescimento mais harmônico entre oferta e demanda já que o petróleo e as reservas internacionais colocam o País em uma situação bastante privilegiada.

Um problema, segundo o diretor, é que os gastos do governo fornecem resiliência para o crescimento econômico. "O platô do gasto do governo é bastante elevado desde a PEC da Transição", disse, observando também que a demanda das famílias seguirá resiliente puxada por inflação e juros em queda e pelo impulso do Bolsa Família.

A avaliação do diretor do BC é de que mesmo com o cenário global mais adverso, o Brasil fica ainda melhor. "Estou otimista com o Brasil, e não é de agora", disse.

Galípolo também voltou a reforçar que a maior parte dos bancos centrais do mundo



Galípolo voltou a afirmar que "estamos num período de redução dos balanços dos bancos centrais e de juros mais altos"

recuou para uma situação de dependência de dados, o que ocorre com o BC brasileiro.

O diretor de Política Monetária do Banco Central defendeu que a autarquia tem de manter a posição de "parcimônia e serenidade" e evitar reagir muito rapidamente a variações de ati-

vos, ainda que isso possa atrasar um pouco o seu processo de função de reação. "Acho importante a gente ter calma, entender como isso vai se desenrolar, ainda que o risco que você esteja correndo seja de estar um pouco mais atrasado nesse processo de função de reação",

disse.

Sobre a recente reprecificação dos preços de ativos globais, desencadeada pela mudança nas apostas sobre a trajetória de juros nos EUA, Galípolo defendeu que é necessário aguardar para ver como as variáveis financeiras vão afetar

a trajetória da inflação brasileira. "A gente não tem meta de diferencial de juros e não tem meta de taxa de câmbio, a gente tem meta de inflação, que vem se comportando bem", disse o diretor do BC, citando a surpresa positiva no IPCA de março.

Ele lembrou que, no segundo semestre de 2023, a curva norte-americana chegou a abrir um ponto percentual, mas o movimento acabou tendo um impacto contido nos ativos domésticos.

O diretor de Política Monetária do Banco Central disse ainda que o que a autarquia fez nos últimos dias de volatilidade do dólar foi deixar que o câmbio flutuante absorvesse a reprecificação global dos ativos com toda as vantagens que esta perna do tripé macroeconômico proporciona.

"Me parece que este é um movimento predominantemente de valorização do dólar. Se todo mundo vinha num ciclo de redução dos juros ou espera uma redução do juro, na Europa começando em breve e os Estados Unidos mantendo mais elevada, é normal que possamos assistir a um processo de fortalecimento do dólar", disse Galípolo, durante o "Upload Summit".

Ao tratar de moedas como o yuan, Galípolo disse que no Brasil já se vê bancos já fazendo linhas de swaps mais longas relacionadas a yuan e real.

"Acho que este é um tema benéfico e muitas vezes, nas conversas que temos com investidores internacionais, as reuniões sempre começam com um pedido de desculpas do lado brasileiro pelas complexidades e idiossincrasias do sistema tributário brasileiro, endereçadas agora com a reforma", comentou Galípolo.

Do outro lado, o que ele disse que se ouve, é que quando se compara com outros pares, o ambiente de negócios do Brasil não é dos piores e que muitos dos investidores estão se beneficiando dos investimentos feitos no País. Isso porque o sistema financeiro brasileiro é muito avançado e beneficia os investimentos sem contar com a tecnologia avançada no sistema financeiro.

"Mas citam a questão da volatilidade cambial como sendo um dos inibidores de investimentos de longo prazo no Brasil. A volatilidade do real pode se apresentar como eventual empecilho para investimentos", disse.

AÇO BRASILEIRO

Lopes diz que o governo mostrou sensibilidade para a dificuldade que a siderurgia enfrenta

O presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, disse que a decisão tomada pelo governo na terça-feira, 23, de estabelecer cotas de importação para 11 tipos diferentes de produtos siderúrgicos, mostra uma extrema sensibilidade das lideranças do poder público com relação ao momento vivido pela indústria de siderurgia.

"A nossa posição é de reconhecimento ao trabalho que o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), na pessoa do ministro Geraldo Alckmin e do secretário Márcio Fernando

Elias Rosa, que mostraram extrema sensibilidade para a grande dificuldade que a siderurgia brasileira está vivendo. Recebemos com bastante otimismo a decisão que foi tomada, afirmou Marco Polo. Segundo o executivo, a decisão tomada pelo Brasil acompanha ações que estão sendo realizadas em outras nações. Marco Polo citou como exemplo medidas de restrição tomadas pelos Estados Unidos, União Europeia, Chile, Reino Unido e México. "Todos esses países adotaram medidas para tentar proteger e defender aquilo que é tido

como mais importante, que são os mercados internos".

Segundo Marco Polo, o Instituto Aço Brasil trabalhou ao longo do tempo para mostrar que a necessidade do setor siderúrgico é recuperar a participação do mercado que foi perdida por importações predatórias. Ele acrescentou que a solução por meio da implementação de cotas foi uma alternativa sugerida pelo setor ao governo.

"É uma falácia dizer que o aço chinês é mais barato. O que ocorre é que há uma venda dos produtos chineses abaixo do custo de produção.

Isso é uma prática predatória. Os dados de consumo na China estão caindo e a produção se mantém, então há uma política de Estado que incentiva a exportação", acrescentou.

O executivo citou que há trabalhos apontando para a existência de margens negativas nas operações siderúrgicas na China, em torno de US\$ 50 a US\$ 56 a tonelada exportada do produto. "É deste problema que estamos falando. Não estamos falando sobre arrumar condições para competir com o aço importado. Nós investimos R\$ 12 bilhões por ano para ter uma

siderurgia moderna. Temos usinas modernas que não devem nada contra nenhuma outra instalada no mundo. Agora... Não dá para competir contra práticas predatórias", comentou.

Segundo o presidente do Instituto Aço Brasil, a preocupação principal do setor é interromper as importações realizadas de forma incorreta, com margem negativa e perfil predatório. Para Marco Polo, a decisão tomada pelo governo deixa claro que o Brasil "não é terra de ninguém".

O porta-voz do setor lembrou que em 2023, o volume de importações atingiu um volume

total de 5 milhões de toneladas, volume equivalente a 16% da produção nacional e 26% das vendas internas. "Onde isso iria parar?", indagou.

Questionado sobre quais são as expectativas do setor para a redução das importações de caráter predatório, Marco Polo confirmou não existir dúvidas de que haverá uma diminuição do volume de produtos com essa característica que chegam ao Brasil, mas a decisão precisa ser avaliada de forma criteriosa para que se entenda de forma detalhada o impacto que ela pode trazer ao segmento siderúrgico.

Diário Comercial

Propriedade de Editora Diário Comercial Ltda

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

Serviço Notícias: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.



Accesse nossa edição digital:

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL

Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tel: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

SUPOORTE

Nvidia aceita acordo para comprar o provedor de software Run:ai

A plataforma Run:ai oferece aos desenvolvedores de IA e suas equipes uma interface centralizada para gerenciar infraestrutura de computação compartilhada, permitindo acesso mais fácil e rápido

A Nvidia disse na quarta-feira, 24, que concordou em adquirir a Run:ai, uma fornecedora de software de gerenciamento de carga de trabalho de computação de inteligência artificial com sede em Tel-Aviv. Os termos do acordo não foram divulgados.

O site da Run:ai afirma que seu software foi desenvolvido para melhorar a eficiência das cargas de trabalho executadas em unidades de processamento gráfico (GPU).

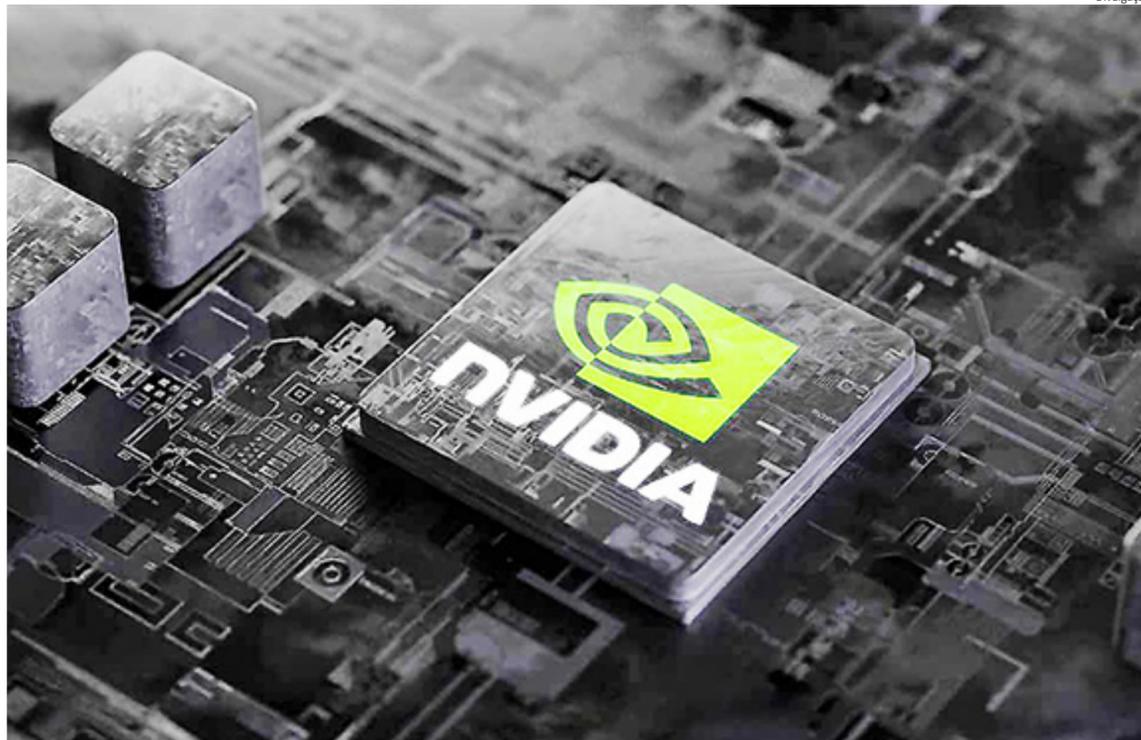
A empresa afirma que seu software permite dez vezes mais cargas de trabalho executadas na mesma infraestrutura.

A Nvidia disse que seus clientes "podem esperar se beneficiar de uma melhor utilização, melhor gerenciamento da infraestrutura da GPU e maior flexibilidade".

As implantações de IA do cliente estão se tornando cada vez mais complexas, com cargas de trabalho distribuídas pela infraestrutura de data center na nuvem, na borda e no local.

Gerenciar e orquestrar IA generativa, sistemas de recomendação, mecanismos de pesquisa e outras cargas de trabalho exige um agendamento sofisticado para otimizar o desempenho no nível do sistema e na infraestrutura subjacente.

A Run:ai permite que clientes corporativos gerenciem e otimizem sua infraestrutura



A Nvidia disse que seus clientes "podem esperar se beneficiar de uma melhor utilização, melhor gerenciamento da infraestrutura da GPU e maior flexibilidade"

de computação, seja no local, na nuvem ou em ambientes híbridos.

A empresa construiu uma plataforma aberta em Kubernetes, a camada de orquestração para IA moderna e infraestrutura em nuvem. Ele oferece suporte a todas as variantes populares do Kubernetes e integra-se a ferramentas e estruturas de IA de terceiros.

Os clientes Run:ai incluem

algumas das maiores empresas do mundo em vários setores, que usam a plataforma Run:ai para gerenciar clusters de GPU em escala de data center.

"A Run:ai tem colaborado estreitamente com a NVIDIA desde 2020 e compartilhamos a paixão por ajudar nossos clientes a aproveitar ao máximo sua infraestrutura", disse Omri Geller, cofundador e CEO da Run:ai. "Estamos entusiasmados em nos juntar à NVIDIA e ansiosos para continuar nossa jornada juntos."

A plataforma Run:ai oferece aos desenvolvedores de IA e suas equipes uma interface centralizada para gerenciar infraestrutura de computação compartilhada, permitindo acesso mais fácil e rápido para cargas de trabalho complexas de IA.

Ela tem funcionalidade para adicionar usuários, organizá-los em equipes, fornecer acesso a recursos de cluster, controlar cotas, prioridades e pools, além de monitorar e gerar relatórios sobre o uso de recursos.

A plataforma tem também capacidade de agrupar GPUs e compartilhar poder de computação — de frações de GPUs a múltiplas GPUs ou múltiplos nós de GPUs em execução em clusters diferentes — para tarefas separadas.

A NVIDIA continuará a oferecer produtos Run:ai sob o mesmo modelo de negócios no futuro. E a NVIDIA vai investir no roteiro de produtos Run:ai como parte da NVIDIA DGX Cloud, uma plataforma de IA projetada em conjunto com as principais nuvens para desenvolvedores corporativos, oferecendo um serviço integrado e full-stack otimizado para IA generativa.

Os clientes NVIDIA DGX e DGX Cloud terão acesso aos recursos do Run:ai para suas cargas de trabalho de IA, especialmente para implantações de grandes modelos de linguagem. As soluções Run:ai já estão integradas com NVIDIA DGX, NVIDIA DGX SuperPOD, NVIDIA Base Command, contêineres NGC e software NVIDIA AI Enterprise, entre outros produtos.

A plataforma de computação acelerada da NVIDIA e a plataforma Run:ai continuarão a oferecer suporte a um amplo ecossistema de soluções de terceiros, oferecendo aos clientes escolha e flexibilidade.

Juntamente com o Run:ai, a NVIDIA permitirá que os clientes tenham uma única estrutura que acesse soluções de GPU em qualquer lugar. Os clientes podem esperar beneficiar-se de uma melhor utilização da GPU, melhor gerenciamento da infraestrutura de GPU e maior flexibilidade da arquitetura aberta.

LIDERANÇA

Heineken aumentou sua receita em 7,2% no primeiro trimestre

A cervejaria holandesa Heineken obteve receita de 8,18 bilhões de euros no primeiro trimestre de 2024, 7,2% maior do que a de igual período do ano passado, segundo balanço divulgado na quarta-feira. Em termos ajustados, a receita cresceu 7,3%, a 6,85 bilhões de euros. Já os volumes de cerveja consolidados, incluindo Heineken e mais de 300 outras marcas como Amstel, Red Stripe, Sol e Desperados, tiveram expansão orgânica anual de 4,7% no trimestre, ante expectativa do mercado de 2,5%.

Dolf van den Brink, Presidente do Conselho Executivo/CEO, disse que, ao manter o foco nas prioridades Ever-Green, a empresa teve um início encorajador em 2024. "Todas as regiões cresceram em volume e receita líquida, e continuamos a ver uma melhoria sequencial no desempenho do negócio, crescendo em linha ou à frente da categoria na maioria dos nossos mercados. Este trimestre foi impulsionado por uma Páscoa antecipada e pelos efeitos pontuais negativos do ano passado. A entrega de receitas foi bem equilibrada entre volume e valor, à medida que mais mercados regressaram ao crescimento do volume e



A Heineken® acelerou seu crescimento para 12,9% em volume global e se tornou a marca número 1 em valor no Brasil

as nossas tendências subjacentes de premiumização permaneceram fortes."

A Heineken® acelerou seu crescimento para 12,9% em volume globalmente e se tornou a marca número 1 em valor no Brasil. O portfólio Low & No-Alcohol (LONO) cresceu em volume na faixa intermediária, liderado pelo forte cresci-

mento da Heineken® 0.0, fortalecendo ainda mais a posição de liderança global no segmento. As plataformas eB2B captaram 2,7 mil milhões de euros em valor bruto de mercadorias neste trimestre, 17% mais do que no ano passado. "Continuando a nossa jornada rumo às emissões líquidas zero, inauguramos uma cen-

tral solar térmica de grande escala em Espanha com tecnologia de ponta."

Dolf van den Brink afirmou, no entanto, que continua a ver o ambiente económico como desafiante e incerto e mantém a agilidade e o foco. "Continuaremos investindo em nossas marcas, inovações, capacidades comerciais e na rota até

o consumidor. Nossas expectativas para o ano inteiro permanecem inalteradas."

O mix de preços constante aumentou 6,0%, impulsionado principalmente pelos preços e em linha com a inflação. A conversão cambial reduziu a receita líquida (beia) em 294 milhões de euros ou 4,6%, impulsionada principalmente

pela desvalorização das moedas na África, particularmente a Naira Nigeriana, e parcialmente compensada por um peso mexicano e um real brasileiro mais fortes.

As alterações de consolidação da receita líquida contribuíram com 164 milhões de euros, impulsionadas pela integração da Distell e da Namíbia e foram parcialmente compensadas pela venda da Vrumona na Holanda e pela saída da Rússia.

O volume de cerveja aumentou 4,7% organicamente com crescimento em todas as regiões, uma melhoria sequencial no desempenho económico, impulsionado por efeitos de calendário. Em particular, as regiões das Américas e da Europa beneficiaram da antecipação da Páscoa e das regiões de África, Médio Oriente e Ásia-Pacífico a partir de uma base comparável fraca no ano passado devido a efeitos pontuais no Vietnã e na Nigéria.

O volume de cervejas premium cresceu 7,3%, superando o portfólio total de cervejas. O forte impulso na premiumização foi liderada pela Heineken® e suas extensões de linha, complementada pelas marcas premium locais e internacionais, incluindo Tigre, Desperados, Birra Moretti e Kingfisher Ultra.

A Heineken® aumentou o volume em 12,9%, com crescimento de dois dígitos em mais de 30 mercados. Heineken® 0.0 cresceu o volume entre os adolescentes, com expansão de dois dígitos em todas as regiões, liderados pelo Brasil, Vietnã e China.

Heineken® Silver cresceu mais de 50% em volume, liderado pelo Vietnã e pela China.

MANUTENÇÃO

Confiança do empresário da indústria caiu em abril

Os setores com confiança mais alta são manutenção (59 pontos), biocombustíveis (55,9 pontos) e farmacêuticos (55,5 pontos)



Produção industrial: o índice de confiança da indústria extrativa subiu 0,6 ponto em abril para 54,4 pontos. Já o indicador para os demais segmentos industriais caiu

A confiança do empresário industrial em abril caiu em 21 dos 29 setores considerados pelo Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), divulgado na quarta-feira pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo a pesquisa, em oito desses setores houve transição de confiança para falta de confiança: máquinas e equipamentos (49,8 pontos); serviços especializados para a construção (49,8 pontos); impressão e reprodução (49,7 pontos); produtos de material plástico (49,5 pontos); couros e artefatos de couro (49,3 pontos); produtos de borracha (49,0 pontos); perfumaria, limpeza e higiene pessoal (48,2 pontos); e móveis (47,8 pontos).

Outros dois setores fizeram a transição contrária, em abril, de falta de confiança para confiança: Biocombustíveis (55,9 pontos) e Equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos (52,2 pontos).

O Icei varia de zero a 100 pontos, sendo que valores acima de 50 pontos indicam confiança do empresário e quanto mais acima de 50 pontos, maior e mais disseminada é a confiança. Já valores abaixo de 50 indicam falta de confiança do empresário.

"A piora da confiança é resultado da piora na avaliação das condições correntes dos empresários. Tanto a avaliação da economia brasileira quanto da própria empresa piorou em abril. A Sondagem Industrial e a Sondagem Indústria da Construção do mesmo mês mostraram a insatisfação

com a situação financeira e a dificuldade de acesso ao crédito no primeiro trimestre de 2024, o que pode explicar essa piora da confiança dos setores da indústria", diz o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

Apesar da queda da confiança na maior parte dos setores, 18 setores ainda seguem confiantes em abril, com índices acima de 50 pontos. Em fevereiro e março, eram 25 setores considerados confiantes.

O levantamento mostra que os setores com confiança mais alta são manutenção e reparação (59,0 pontos), biocombustíveis (55,9 pontos), farmoquímicos e farmacêuticos (55,5 pontos) e veículos automotores (54,2 pontos).

O índice de confiança da indústria extrativa subiu 0,6

ponto em abril para 54,4 pontos. Já o indicador para os demais segmentos industriais caiu. Na indústria da construção, houve um recuo de 1,3 ponto, para 52,5 pontos. Na indústria de transformação, o Icei caiu 1,1 ponto, para 51,8 pontos.

A confiança caiu para todos os portes de empresa. Entre as pequenas empresas, houve um recuo de 1,6 ponto para 49,7 pontos. Nos demais portes, a queda foi menor e reduziu a confiança, mas não levou o índice a ultrapassar a linha divisória. No caso das médias empresas, o Icei caiu 1,3 ponto, para 50,7 pontos. Já para as grandes, o índice caiu 0,8 ponto, para 53,8 pontos.

O levantamento ouviu 1.882 empresas, sendo 746 de pequeno porte, 667 de médio porte e 469 de grande porte, entre os dias 1º e 9 de abril.

MAIOR PARTICIPAÇÃO

Volkswagen vai aumentar vendas no mercado chinês

A Volkswagen anunciou na quarta-feira, 24, que planeja aumentar suas vendas e participação no mercado de veículos da China até 2030, segundo comunicado publicado no site da empresa alemã. Particularmente, a Volkswagen prevê crescimento nos lucros com um "portfólio específico para a China", focado em avanços tecnológicos e no mercado de carros híbridos e totalmente elétricos (EVs, na sigla em inglês).

A montadora definiu como meta principal atingir 4 milhões de vendas anuais em 2030, se tornando a maior produtora internacional no mercado chinês, com crescimento no resultado operacional correspondente a 3 bilhões de euros (US\$ 3,21 bilhões). Caso conquistado, o número representará aumento de 23% em relação as vendas do ano anterior na China e uma participação de mercado de 15% em um ambiente altamente competitivo.

Entre as medidas propostas, a Volkswagen pretende reduzir em 40% os custos dos projetos de produção local e de joint ventures com outras empresas da China - como a iniciativa conjunta com a Xpeng para produção de baterias de veículos elétricos. O objetivo é alcançar a "paridade de custos" com a competição local no segmento de carros compactos até 2026, que deve representar mais da metade dos carros vendidos no país até 2030.

"Reforçamos nosso comprometimento com a estratégia 'na China, para a China', com medidas para atender melhor as necessidades de consumidores chineses, acelerar o desenvolvimento local de modelos e reduzir custos", ressaltou a Volkswagen, em nota.

O show car CODE design que celebra sua estreia mundial esta semana na feira Auto China 24 em Pequim (de 25 de abril a 4 de maio de 2024) é testemunha dessa orientação sistemática aos desejos dos clientes chineses. A estética do carro-conceito é completamente nova e dá uma prévia de um grande SUV elétrico. O CODE foi projetado para condução totalmente autônoma de nível 4. A nova submarca progressiva ID.UX também desempenha um papel fun-

damental em termos do perfil da Volkswagen no mercado chinês. Com modelos totalmente elétricos e orientados para o estilo de vida, esta submarca foi concebida para atrair especialmente os clientes mais jovens.

"A marca Volkswagen já pode lembrar 40 anos de sucesso na China e estamos continuando esta história de sucesso na nova era da mobilidade, confirmando assim a confiança dos nossos clientes chineses", disse Thomas Schäfer, CEO da marca Volkswagen. A

A estratégia apurada na China tem três pilares: um portfólio abrangente de produtos que acelera a eletrificação dos modelos da marca, uma linguagem de marca e design desenvolvida especificamente para o mercado chinês e desenvolvimento técnico local com parceiros fortes na China para acelerar o ritmo da inovação.

Thomas Schäfer disse que o ID. CODE dá uma primeira prévia do futuro da Volks na China: com um novo design, um novo padrão tecnológico e uma experiência de marca holística - especificamente orientada para as necessidades e desejos dos clientes chineses. "Estamos inaugurando uma nova era de mobilidade na China, juntamente com os nossos parceiros chineses."

Com a estreia mundial do ID. CODE na Auto China 2024, a Volkswagen está dando uma primeira prévia da nova linguagem de design dos modelos futuros e, ao mesmo tempo, lançando uma nova era tecnológica. O carro-conceito foi desenvolvido especificamente para clientes na China. Com as suas superfícies poderosas, claras e fluidas, o carro-conceito lembra um Gran Turismo. O exterior também funciona como uma superfície de projeção para sistemas de iluminação e exibição assistidos por IA de próxima geração. Isso combina bem com o espaço recém-projetado a bordo do ID. CODE, onde os mundos real e virtual se encontram para criar uma nova experiência de mobilidade. O carro-conceito movido a eletricidade pode ser conduzido convencionalmente ou no modo de direção autônoma de nível 4.

DIREITO EMPRESARIAL

por
Cesar Fueta



Pós-graduado em direito empresarial e direito digital, mestrando em análise econômica do direito, advogado de empresa pública e sócio do escritório Valadares e Fueta Advogados

O TRATAMENTO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NOS EUA E NO BRASIL

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO é um direito fundamental das sociedades democráticas. É o direito que nos assegura falar, escrever e expressar pensamentos sem censura ou medo de retaliação. No entanto, a forma como esse direito é interpretado e aplicado pode variar significativamente de um país para outro, conforme sua legislação e jurisprudência. Neste artigo vamos analisar as proteções à liberdade de expressão nos Estados Unidos e no Brasil, tema este trazido à tona especialmente no contexto de críticas governamentais no cenário brasileiro e de paródias no contexto norte-americano, para visualizarmos como as diferenças culturais e jurídicas moldam esse direito fundamental.

NOS ESTADOS UNIDOS, a Primeira Emenda da Constituição assegura a liberdade de expressão, oferecendo ampla proteção contra a interferência governamental. A jurisprudência americana historicamente defende o direito à livre expressão, mesmo quando o discurso é controverso ou ofensivo. Casos emblemáticos como *Hustler Magazine v. Falwell* de 1988 destacam a proteção da Suprema Corte dos EUA em relação à paródia e à sátira, considerando-as formas vitais de expressão social e política. A Corte Norte-Americana concluiu que o interesse em proteger a liberdade de expressão, conforme garantido pela Primeira Emenda, supera o interesse do Estado em proteger figuras públicas de discursos patentemente ofensivos, desde que tais discursos não possam ser razoavelmente inter-

pretados como afirmações factuais reais sobre o seu assunto.

O BRASIL APRESENTA UM quadro legal que incorpora a necessidade de equilibrar no caso concreto a liberdade de expressão e outros direitos fundamentais, como a honra, a segurança pública e o regime democrático. Para o sistema jurídico brasileiro, sempre que houver uma colisão entre quaisquer direitos fundamentais haverá a necessidade de ponderá-los. Esta técnica jurídica permite otimizar a aplicação dos valores constitucionais.

PORTANTO, NO BRASIL, a Constituição da República de 1988 protege a liberdade de expressão, mas também estabelece bases para sua limitação, especialmente quando este direito entra em conflito com outros direitos de igual importância constitucional. A jurisprudência brasileira frequentemente se utiliza dos princípios de razoabilidade e proporcionalidade para resolver tais conflitos, buscando um equilíbrio possível entre os direitos fundamentais, que proteja a dignidade humana e outros valores sem suprimir indevidamente o discurso crítico.

ATUALMENTE, A regulamentação da liberdade de expressão nos dois países é severamente testada quando este direito é exercido nas redes sociais. Nos Estados Unidos, a proteção da liberdade de expressão aplica-se ao ambiente online, baseando-se na ideia de que a internet é uma arena pública essencial para a

democracia. Esta conclusão foi reforçada em 2017, no caso *Packingham v. Carolina do Norte*, em que a Suprema Corte dos Estados Unidos considerou inconstitucional uma lei que restringia o acesso de criminosos sexuais às redes sociais, afirmando que tais restrições violavam a Primeira Emenda, que garante a liberdade de expressão. No Brasil, o Marco Civil da Internet incorporou ao sistema jurídico o princípio da neutralidade de rede e reforçou o princípio da liberdade de expressão. Essa legislação tem como objetivo garantir a liberdade no fluxo de informações e reduzir o controle exercido pelo Estado.

A DIFERENÇA NAS PROTEÇÕES à liberdade de expressão também se manifesta na forma como o humor e a paródia são tratados. Enquanto nos EUA a paródia é frequentemente vista como uma expressão protegida, no Brasil, o potencial ofensivo de tais expressões pode levar a consequências cíveis e criminais. Este tratamento diversificado destaca as variações culturais e as expectativas sociais sobre o que constitui discurso aceitável e o que ultrapassa os limites da liberdade de expressão.

OS ASPECTOS CULTURAIS envolvendo a liberdade de expressão nos Estados Unidos são tão enraizados na sociedade americana que em caso recente, a empresa de publicação de notícias conhecida por suas sátiras e paródias - *The Onion* - solicitou o ingresso em processo judicial que tramita perante a Suprema Corte Norte-Americana.

O caso envolve um cidadão condenado por criar uma página satírica no Facebook, parodiando a polícia de uma cidade no Estado de Ohio. *The Onion* não apenas defendeu a conduta do réu, mas também reafirmou a importância da paródia e da sátira como uma ferramenta de crítica social. A iniciativa da empresa reflete o compromisso da sociedade civil norte-americana em defender a liberdade de expressão.

JURIDICAMENTE, AS diferenças do Brasil e dos Estados Unidos quanto à interpretação e à aplicação da liberdade de expressão frente a outros direitos refletem profundamente as peculiaridades de cada nação. Enquanto os EUA priorizam a proteção do discurso como um direito quase absoluto, o ordenamento jurídico brasileiro prevê um sistema em que é exigido do magistrado a busca do equilíbrio dos valores fundamentais em confronto, de acordo com o caso concreto.

POR FIM, PODEMOS CONCLUIR nesta breve análise comparativa da liberdade de expressão entre os Estados Unidos e o Brasil que o contexto social, cultural e jurídico de cada país desempenha um papel crucial na forma como os direitos fundamentais são interpretados e aplicados. Isso resulta em soluções jurídicas distintas sobre o mesmo direito fundamental, sem que essas abordagens estejam erradas ou enviesadas: elas apenas obedecem a sistemas diferentes e, por isso, podem gerar resultados diversos.

PRIVACIDADE

Presidente sanciona lei que pode banir o TikTok do país

A proposta dá à empresa controladora do TikTok, a ByteDance, cerca de nove meses para vender o aplicativo extremamente popular ou enfrentar uma proibição nacional

O Congresso dos EUA aprovou o projeto de lei que pode proibir o TikTok no país ou forçar a venda do aplicativo, fazendo uma reapreensão histórica à propriedade chinesa da plataforma de compartilhamento de vídeos após anos de tentativas fracassadas de lidar com os supostos riscos à segurança nacional do aplicativo.

O Senado aprovou a medida por 79 a 18 votos como parte de um amplo pacote que oferece ajuda econômica a Israel, Ucrânia e Taiwan, enviando a proposta para a mesa do presidente Joe Biden - com a Câmara tendo aprovado no sábado. Na quarta-feira, Biden assinou o projeto de lei.

A proposta dará à empresa controladora do TikTok, a ByteDance, cerca de nove meses para vender o aplicativo extremamente popular ou enfrentar uma proibição nacional, um prazo que o presidente poderia estender por 90 dias se a venda estiver em andamento.

A decisão tomada pelos republicanos da Câmara na semana passada de anexar o projeto de lei do TikTok ao pacote de alta prioridade ajudou a acelerar sua aprovação no Congresso e veio após negociações com o Senado, onde uma versão anterior do projeto de lei havia sido paralisada. Essa versão havia dado à ByteDance, seis meses para alienar suas participações na plataforma. Mas ela atraiu o ceticismo de alguns legisladores importantes, preocupados com o fato de ser um prazo muito curto para um negócio complexo que poderia valer dezenas de bilhões de dólares.

O projeto de lei também impediria a empresa de controlar o ingrediente secreto do TikTok: o algoritmo que alimenta os vídeos dos usuários com base em seus interesses e que transformou a plataforma em um fenômeno de definição de tendências.

A medida - que tem amplo apoio bipartidário - representa a ameaça mais significativa até o momento às operações do aplicativo nos Estados Unidos, onde ele tem mais de 170 milhões de usuários e se tornou uma potência econômica e cultural. Os legisladores que pressionam pela restrição citaram preocupações de que a estrutura de propriedade da empresa poderia permitir que o governo chinês obtivesse acesso aos dados dos americanos, alegações que



Biden assina projeto de lei que traz medidas que representam a ameaça mais significativa até o momento às operações do aplicativo nos Estados Unidos

SAIA JUSTA

Biden insinua que seu tio foi comido por canibais

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, criou uma saia justa com a Papua-Nova Guiné, na Oceania, após insinuar que seu tio seu foi comido por "canibais" no país, durante a 2ª Guerra Mundial. No domingo, 21, o primeiro-ministro James Marape, acusou Biden de menosprezar a nação insular, que é um importante parceiro para os Estados Unidos nas ilhas do Pacífico.

O presidente americano sugeriu duas vezes, sem provas, na semana passada, que seu tio aviador do Corpo Aéreo do Exército, o segundo tenente Ambrose Finnegan Jr., tinha sido comido por canibais depois que o avião no qual estava caiu.

"Ele foi abatido na Nova Guiné e nunca encontraram o corpo porque costumava haver - havia muitos canibais, de verdade, naquela parte da Nova Guiné", disse Biden durante um discurso sobre tarifas

de aço e alumínio em Pittsburgh no dia 17 de abril. Ele repetiu a mesma história mais cedo no mesmo dia, no memorial de Scranton.

Biden falou sobre o assunto em meio a uma crítica a Donald Trump por comentários que o ex-presidente teria feito chamando os americanos mortos em combate de "otários" e "perdedores". Trump nega ter dito isso.

Como reação, Marape acusou Biden de menosprezar a Papua-Nova Guiné. "As observações do presidente Biden podem ter sido um lapso linguístico; no entanto, o meu país não merece ser rotulado como tal", disse Marape em comunicado.

"A 2ª Guerra Mundial não foi obra do meu povo; no entanto, foram arrastados desnecessariamente para um conflito que não foi obra deles", acrescentou Marape. Ele também apelou para que os EUA

o TikTok contesta.

Espera-se que o TikTok conteste a medida, estabelecendo uma batalha legal de alto risco e potencialmente longa que testará o argumento da empresa de que qualquer lei desse tipo violaria os direitos de liberdade de expressão de milhões de pessoas. Mas seus esforços frenéticos para inviabilizar a proposta - incluindo a orientação aos usuários para registrarem reclamações junto a seus representantes no Congresso e a veiculação

de anúncios divulgando os esforços de segurança de dados do TikTok a poucos dias da votação final - não conseguiram dissuadir os legisladores.

"É lamentável que a Câmara dos Deputados esteja usando a cobertura de uma importante assistência estrangeira e humanitária para, mais uma vez, aprovar um projeto de lei de proibição que atropelaria os direitos de liberdade de expressão de 170 milhões de americanos", disse o TikTok em um comuni-

cado na semana passada.

Durante meia década, os legisladores dos EUA examinaram o relacionamento entre o TikTok e a ByteDance, sediada em Pequim, devido a preocupações de que isso poderia deixar os dados dos usuários americanos vulneráveis à vigilância do governo chinês.

Em resposta, a TikTok propôs um plano chamado Projeto Texas para proteger os dados dos EUA, que incluiria o armazenamento dessas infor-

mações com a gigante americana da tecnologia Oracle. No entanto, como as negociações entre a TikTok e o governo federal não avançaram, os legisladores revigoraram a legislação que concede ao poder executivo o poder de restringir a plataforma.

"Tem sido um caminho longo e sinuoso", disse o senador Mark R. Warner, um dos maiores defensores da legislação na Câmara, ao The Washington Post na terça-feira.

Os restos da 2ª Guerra Mundial estão espalhados por toda a Papua-Nova Guiné, incluindo o avião que transportava o tio do presidente Biden", disse Marape.

A declaração de Marape foi divulgada no mesmo dia em que ele se encontrou com o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, em Port Moresby para discutir a construção de relações mais estreitas. Os Estados Unidos vêm tentando criar uma parceria estratégica com o país, essencial para um eventual "cordão de isolamento" da China no caso de uma guerra. Marape já visitou duas vezes a Casa Branca.

De acordo com uma agência do Pentágono, o tio de Biden morreu em 14 de maio de 1944, como passageiro de um avião das Forças Aéreas do Exército que, "por razões desconhecidas", caiu no Oceano Pacífico, na costa norte de Papua-Nova Guiné.

"Ambos os motores falharam em baixa altitude" e a ponta da aeronave "atingiu a água com força", afirma a agência.

Os seus planos para Rafah nos últimos dias e semanas, especialmente porque as negociações para o Hamas libertar os reféns detidos pelo grupo militante parecem ter fracassado, aumentando a pressão pública sobre o governo para agir. "A principal razão pela qual não entramos em Rafah foi porque havia um acordo no ar", disse Nagel. "Agora as pessoas entendem que não há acordo."

As autoridades israelenses compartilharam os seus planos com o Egito, que alertou que uma invasão de Rafah empurraria os palestinos para a Península do Sinai. Embora o Egito tenha trabalhado para preparar tendas dentro da faixa, também intensificou os reforços de segurança no seu lado da fronteira.

NEGOCIAÇÃO



Blinken terá reuniões em Xangai

Blinken inicia viagem para a China, em meio a tensões globais

O Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, iniciou na quarta-feira, 24, uma viagem crítica à China, logo após a aprovação pelo Senado americano de um pacote de ajuda externa que fornecerá bilhões de dólares em assistência à Ucrânia, Israel e Taiwan, bem como forçará a empresa controladora do TikTok, ByteDance, a vender a plataforma de mídia social. Todas as áreas são pontos de discórdia entre Washington e Pequim e devem ser discutidas na viagem de Blinken, segundo revelaram autoridades americanas.

Blinken desembarcou em Xangai na quarta-feira, poucas horas depois que o Senado finalizou a votação da legislação sobre recursos militares e logo antes do presidente Joe Biden assinar a lei para demonstrar a determinação do EUA em defender seus aliados. Ainda assim, o fato de Blinken estar fazendo a viagem é um sinal de que os dois lados estão pelo menos dispostos a discutir suas diferenças.

Mesmo antes de Blinken aterrissar em Xangai, onde terá reuniões na quinta-feira (25) antes de viajar para Pequim, o Escritório de Assuntos de Taiwan da China criticou a assistência a Taipei, dizendo que ela "viola seriamente" os compromissos dos EUA com a China, "envia um sinal errado para as forças separatistas da independência de Taiwan" e empurra a república autônoma da ilha para uma "situação perigosa".

Os países também divergem no posicionamento frente a outros conflitos geopolíticos globais, principalmente as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza. Segundo oficiais do governo americano, a Ucrânia deve ser um dos tópicos primários de Blinken durante a viagem.

De um lado, o governo Biden argumenta que o suporte chinês permitiu a reconstrução da base industrial de defesa da Rússia, ampliando a ameaça à segurança europeia. Do outro, a China afirma ter o direito de manter relações comerciais com a Rússia e critica a "postura hipócrita e irresponsável dos EUA ao introduzir uma lei de recursos militares de ampla escala enquanto realiza as acusações".

Os EUA e a China também estão em profunda discordância em relação aos direitos humanos na região ocidental de Xinjiang, no Tibete e em Hong Kong, bem como em relação ao destino de vários cidadãos americanos que, segundo o Departamento de Estado dos EUA, foram "detidos injustamente" pelas autoridades chinesas.

A China tem rejeitado repetidamente as críticas americanas ao seu histórico de direitos como interferência indevida em seus assuntos internos. No entanto, Blinken levantará novamente essas questões, de acordo com o funcionário do Departamento de Estado.

Outro ponto de discussão será o fornecimento de precursores para a fabricação do opioide sintético fentanil, responsável pela morte de milhares de americanos. Uma fonte do Departamento de Estado revelou que Blinken abordará a necessidade de mais esforços da China para impedir a exportação dos materiais.

FASES

Israel se prepara para iniciar ofensiva gradual em Rafah

Israel está avançando com planos para uma ofensiva militar para tomar Rafah, o último reduto remanescente do Hamas em Gaza, mas respondeu à pressão dos EUA e internacional desmantelando planos para um ataque total em favor de uma abordagem mais gradual que procura limitar vítimas civis, de acordo com autoridades egípcias e ex-autoridades

israelenses. Israel planeja proceder em fases, evacuando bairros com antecedência antes de passar para novas áreas, disseram essas autoridades.

As operações também serão provavelmente mais direcionadas do que os ataques anteriores em Gaza e envolverão a coordenação com autoridades egípcias para proteger a fronteira Egito-Gaza.

As autoridades israelenses comprometeram-se a tentar minimizar as vítimas civis, transferindo os palestinos para enclaves humanitários que tenham comida, água, abrigo e serviços médicos. Espera-se também que Israel oriente as pessoas com folhetos e telefonemas sobre onde ir, como fez no passado.

Jacob Nagel, ex-conselheiro

de segurança nacional israelense, disse acreditar que a operação em Rafah provavelmente seria diferente dos ataques terrestres israelenses ao norte de Gaza e a Khan Younis no início da guerra. Ele disse que Israel teria como alvo partes da cidade de forma independente, movimentando a população de acordo.

Israel tem prosseguido com

REGULAMENTAÇÃO

Haddad vai entregar o projeto da reforma tributária a Lira e Pacheco

Este primeiro projeto de lei complementar tratará das normas comuns do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) estadual e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) federal, novos impostos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quarta-feira, 24, que foi autorizado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a entregar "em mãos" aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o projeto de lei que vai regulamentar a reforma tributária. Haddad disse que vai verificar a disponibilidade dos congressistas em receber ainda na quarta o texto.

"O presidente Lula autorizou entregar em mãos para os dois presidentes enquanto a Casa Civil se encarrega de mandar pelo sistema. Vou verificar se eles podem me receber, mas pedi uma cópia aqui para entregar", disse Haddad aos jornalistas, após reunião com Lula no Palácio do Planalto.

Este primeiro projeto de lei complementar tratará das normas comuns do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) estadual e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) federal, novos impostos que serão criados pela reforma.

Além disso, o texto terá regras sobre regimes específicos e diferenciados, imposto seletivo e questões referentes ao imposto federal, como regime automotivo do Norte e Nordeste e Prouni. A matéria abordará ainda todo o processo de transição do sistema tributário.

Já o segundo projeto de lei complementar, que ainda passa por diálogo com Estados e municípios e deve ser enviado em uma semana ou 10 dias, terá questões específicas da transição do ICMS para o IBS, como a



Haddad disse que o governo busca uma declaração de constitucionalidade sobre a regra que regula a compensação tributária para "consolidar" o tema no Judiciário

forma de organização do Comitê Gestor, a distribuição federativa da receita do imposto e o contencioso administrativo do novo tributo estadual. Já o projeto de lei ordinário vai detalhar como será feita a transferência de recursos para o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), mas ainda não foi estimado um prazo para envio.

O ministro disse que o governo busca uma declaração de constitucionalidade sobre a regra que regula a compensação tributária para "consolidar" o tema no Judiciário e reverter "poucas" decisões liminares que contribuintes conseguiram na

Justiça contra a norma. Segundo o ministro, a votação do tema no Congresso está encaminhada. Portanto, a decisão de acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) visa harmonizar o assunto entre os tribunais.

"Há acordo de votar a MP da compensação. Para nós, o importante é cassar umas poucas liminares que foram concedidas. Na primeira instância, temos, até última informação, mais vitórias do que derrotas, mas para nós é importante consolidar o tema da compensação para que a receita venha em linha com o projetado pela Fazenda", disse Haddad.

No Congresso, a medida provisória que prevê o limite temporal de compensação de créditos tributários obtidos por decisão judicial foi aprovada em comissão mista na semana passada. Agora, o texto precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado.

Na ação apresentada na quarta-feira ao STF - em que o governo questiona a desoneração de setores e de municípios - a União também pediu a declaração de constitucionalidade do artigo 4º da Medida Provisória nº 1.202/23, que estipulou limites para a compensação tributária. A Advocacia-Geral da União (AGU)

afirma que medida é necessária em razão da existência de diversas ações judiciais, no próprio STF e em outras instâncias, questionando a previsão.

Pelo menos 40 ações foram movidas contra a norma, sendo em que em oito delas já foram concedidas liminares dispensando contribuintes de observar a regra, com impacto estimado em R\$ 169,7 milhões, disse a AGU, com dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

"Tais indicadores, assinala a AGU, são suficientes para 'denotar um estado difuso de judicialização' que causa insegurança jurídica e torna necessá-

ria a declaração de constitucionalidade do artigo 4º da Medida Provisória nº 1.202/23", afirmou a AGU.

O ministro disse que a reformulação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), aprovada pela Câmara na terça-feira, 23, deve gerar uma economia de cerca de R\$ 10 bilhões ao ano até 2026, segundo cálculos da Receita. Com as mudanças, que ainda precisam passar pelo Senado, a pasta entende que o governo conseguirá coibir fraudes no Perse.

"Isso nas contas da Receita deve gerar economia de cerca de R\$ 10 bilhões ao ano, essa é a economia que receita está prevendo ao coibir as fraudes que o programa. Então são cerca de R\$ 30 bilhões economizados até 2026", disse Haddad a jornalistas ao comentar a aprovação do projeto, que, segundo ele, deve avançar no Senado.

"Foi gesto da Câmara muito importante para se alinhar problema detectado pela Receita. Pra nós essa vitória do Perse foi muito importante", afirmou o ministro.

A proposta aprovada na terça, após negociações de texto entre os deputados e a Fazenda, prevê que o custo do programa ficará limitado a R\$ 15 bilhões, até 2026.

A extinção acontecerá somente em 2027. A relatora, deputada Renata Abreu (Podemos-SP), também estabeleceu, como queria a pasta, que todas as empresas precisarão ser habilitadas previamente pela Receita Federal para ter direito aos benefícios do Perse, não apenas as que são tributadas pelo lucro real ou arbitrado.

MERITOCRACIA

CCJ do Senado aprova projeto que amplia cotas raciais para concursos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou na quarta-feira (24), por 16 votos a 10, o projeto de lei (PL) que prorroga por dez anos a política de cotas raciais para concursos públicos e processos seletivos para a administração pública federal, direta e indireta, incluindo fundações públicas e autarquias.

Além disso, o texto aumenta dos atuais 20% para 30% o total das vagas reservadas para cotas raciais, incluindo ainda os grupos dos indígenas e quilombolas. Atualmente, as cotas raciais para concursos alcançam apenas a população negra, que inclui pretos e pardos. A lei de cotas para concursos, que é de 2014, vence dia 9 de junho deste ano.

O projeto deve passar por uma votação complementar na CCJ do Senado, ainda sem data marcada. Como tem caráter terminativo, se novamente aprovado, o texto segue direto para Câmara dos Deputados, sem precisar passar pelo plenário do Senado. A exceção é se nove senadores apresentarem recursos contra a matéria, o que pode levar o tema ao plenário.

O relator do projeto, senador Humberto Costa (PT-PE), defendeu a necessidade de prorrogar a política de cotas raciais em concursos públicos

argumentando que o racismo segue vivo na sociedade brasileira e mundial. Ele destacou ainda que, apesar de ter aumentado, a representação de negros na administração pública ainda é baixa.

"Um negro no serviço público, um negro no Ministério das Relações Exteriores é mais do que simplesmente um funcionário, é uma voz viva de que é possível se superar o racismo, a discriminação e promover um desenho do Brasil no serviço público que retrate o desenho do Brasil na realidade", argumentou.

Embora pretos e pardos somem 56% da população, eles compõem 40% da administração pública federal. Nas carreiras de nível superior, só há 27,5% de negros. Entre juízes, apenas 14,5%, segundo dados do Observatório do Pessoal do Governo Federal sistematizados pelo Coletivo Maria Firmina de Servidores(as) Públicos Negros(as).

O projeto foi criticado por senadores da oposição. O líder da oposição, senador Rogério Marinho (PL-RN), argumentou que as cotas deveriam ser apenas sociais, para pessoas de baixa renda.

"Nós estamos abrindo mão do mérito. Nós estamos abrindo mão da proficiência. Nós esta-



Humberto Costa defendeu a necessidade de prorrogação, argumentando que o racismo segue vivo na sociedade brasileira

mos abrindo mão da produtividade. Nós precisamos melhorar o nosso sistema educacional", comentou.

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) também criticou o projeto, argumentando que as cotas raciais deveriam se limitar às universidades e que devem ser provisórias.

"Melhorar a sociedade passa por meritocracia. Se várias pes-

soas tentaram e se prepararam para um concurso público, e se elas estavam em igualdade de condições, a cor não justifica o privilégio a mais. Porque as cotas têm que ser antes do concurso", disse.

O relator Humberto Costa tentou rebater as críticas ao projeto. Ele lembrou que a questão racial vai além do social. "Quando um jogador de fute-

bol bem-sucedido, rico, um ídolo, é chamado de macaco num jogo de futebol, num país que se pretende desenvolvido cultural e socialmente, esse discurso de que o problema é meramente social, ele cai por terra", destacou.

Já o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) reforçou que a qualidade do serviço público está resguardada com o pro-

jeito porque a cota só vale para quem for aprovado no concurso.

"Ele pode não estar em primeiro do ranking, em segundo, em terceiro. Mas ele passou pelo crivo do concurso público. E não terá o risco, para não ter mal compreendido, de que se está impondo a um cidadão atendimento de segunda categoria", destacou.

Por outro lado, o senador Marcos Rogério (PL-RO) argumentou que o projeto divide a sociedade. "As cotas raciais, para mim, elas criam o pior cenário possível. Porque ela admite a discriminação racial para atingir um objetivo político, o que leva a uma situação onde as pessoas não são julgadas pelo que são ou pelo que fazem, mas pela cor de sua pele ou por sua origem étnica", argumentou.

Na semana passada, o relator Humberto Costa acatou uma série de emendas da oposição para aumentar o apoio ao projeto, reduzindo, por exemplo, de 25 para dez anos o prazo de validade da política.

Costa ainda acatou o pedido para excluir o artigo que previa metas de representatividade étnico-racial nos quadros do serviço público, a exemplo da ocupação dos cargos de chefia, que deveria respeitar a proporção populacional dos grupos raciais calculados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Outras emendas acatadas pelo relator criaram novas regras para verificação da raça do participante do concurso, como a exigência de normas padronizadas nacionalmente, e também mais diretrizes para o combate às fraudes.

DESPESAS

Lira diz que PEC do Quinquênio dificilmente terá andamento

O presidente da Câmara afirmou que alguns projetos que tramitam no Senado aumentam as despesas públicas e o custo pode chegar a R\$ 42 bilhões ao ano

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse na quarta-feira, 24, que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que concede aumentos para juízes e integrantes de outras carreiras do serviço público, conhecida como PEC do Quinquênio, dificilmente prosperará na Câmara. O assunto é discutido no Senado com a bênção do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Lira disse que alguns projetos que tramitam no Senado aumentam as despesas públicas. "Um assunto como a PEC do Quinquênio dificilmente terá andamento na Câmara", disse ele. O Ministério da Fazenda calcula que o custo do projeto pode chegar a R\$ 42 bilhões ao ano, segundo o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Lira deu as declarações em um debate sobre a pauta econômica organizado pela Confederação das Associações Empresariais e Comerciais do Brasil (CACB), em Brasília.

O presidente da Câmara disse ainda que o governo não tem "respaldo" para "retroagir" em matérias aprovadas pelo Congresso nos últimos anos. Lira citou exemplos como a reforma trabalhista, a privatização da Eletrobras e a autonomia do Banco Central. As declarações foram dadas em um debate sobre a pauta econômica organizado pela Confederação das Associações Empresariais e Comerciais do Brasil (CACB), em Brasília.

"O governo não tem respaldo para retroagir com nenhum avanço que o Congresso fez", disse Arthur Lira. "Conversei com o Marinho Luiz Marinho, ministro do Trabalho que, se a Câmara sentir cheiro de alterações na reforma trabalhista, derrubaremos as alterações". Ele também disse que "assuntos como Eletrobras e Banco Central independente não retroagirão".

Lira disse que o Congresso não topa a modificação de algumas regras por portarias ou decretos, mecanismos que dependem só do governo sem precisar de autorização do Legislativo. Citou, como exemplo, as normas para igualdade



Lira afirmou que o governo não tem "respaldo" para "retroagir" em matérias aprovadas pelo Congresso nos últimos anos e citou a reforma trabalhista

salarial.

O presidente da Câmara também disse que é necessário "elevar o sarrafo de quem pode propor ADI ação direta de inconstitucionalidade". Ou seja, reduzir o número de atores que podem recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra medidas aprovadas pelo Congresso. Segundo ele, é necessária uma regulamentação pelo Legislativo.

O presidente da Câmara afirmou que errou ao chamar Alexandre Padilha, ministro das Relações Institucionais, de "desafeto pessoal" e "incompetente". "Tenho erros e acertos, não tenho problema de reconhecer o erro quando eu faço", disse.

Lira admitiu que errou em expor a rixa com o ministro responsável pela articulação política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas alegou que a insatisfação já era conhecida por interlocutores do governo. "Eu já

vinha apontando ao governo há alguns meses que não funciona a articulação política. Se você prestar atenção, há um esforço muito grande para que as matérias cheguem maduras ao plenário", afirmou Lira. Questionado quanto ao que Padilha teria feito a ele, o presidente da Câmara foi evasivo: "Fez várias coisas, mas vamos tratar disso com muito cuidado e cautela".

Durante a entrevista, Lira também sustentou que o Supremo Tribunal Federal (STF) "tem seus excessos". Para o deputado, o Judiciário está se sobrepondo às prerrogativas do Legislativo, o que leva os parlamentares a "reagir". "Vai além das suas funções e começa a legislar, e o Congresso reage", disse Arthur Lira.

O presidente da Câmara voltou a defender a restrição de quem pode ou não ingressar com Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs),

recursos julgados pelo STF que podem anular ou modificar legislações aprovadas pelo Congresso. Para Lira, o recurso no Judiciário tumultua a relação entre os Poderes.

Lira negou que tenha influenciado a votação que autorizou a manutenção da prisão preventiva de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), apontado pela Polícia Federal (PF) como o mandante da execução da vereadora Marielle Franco, em 2018.

Para o deputado, o que estava em pauta não era o mérito do caso, e sim uma questão processual. Além disso, segundo Lira, a decisão do voto foi individual. A queixa de que o governo Lula teria influenciado a votação para que Brazão permanesse preso foi o pivô da crise entre Arthur Lira e Alexandre Padilha.

"É uma verdade, não há um deputado que diga que influenciei no voto", afirmou o

presidente da Câmara. "É uma discussão muito pessoal de cada partido e de cada parlamentar, ali não estávamos discutindo se matou ou se não matou, estávamos discutindo as condições da prisão", alegou Lira.

Lira afirmou que a instalação de novas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPLs) na Câmara será acordada entre os líderes partidários. Segundo o presidente da Câmara, há de se avaliar se haverá agenda para a instalação das CPLs em um ano de eleições municipais.

"Não existe isso de colocar a faca no pescoço de nenhum governo", disse, negando que as CPLs sejam objeto de retaliação ao Executivo. Por fim, Lira negou ser "antagonista" do governo Lula e disse que nunca atuou, como presidente da Câmara, para criar dificuldades aos chefes do Executivo com os quais conviveu - seja Lula, seja Jair Bolsonaro.

Além disso, o parlamentar

VIOLÊNCIA



Braga expulsou membro do MBL

Conselho de Ética abre processo contra Braga por quebra de decoro

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados instalou na quarta-feira, 24, um processo contra o deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ), atendendo à representação do Partido Novo. O pedido de cassação alega que Braga infringiu o decoro parlamentar em 16 de abril, quando expulsou da Câmara um membro do Movimento Brasil Livre (MBL) aos chutes. O deputado do PSOL disse que não se orgulha da agressão, mas também não se arrepende.

Durante reunião do Conselho, Braga disse que o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, fez um acordo "para que o partido Novo entrasse com a representação e os deputados do PL pudessem ser escolhidos como eventuais relatores" do processo. De acordo com o deputado, ambos os partidos têm interesse na cassação do mandato dele e, por isso, solicitou que parlamentares do PL fossem retirados do processo de deliberação para designação da relatoria do caso.

De acordo com o presidente do Conselho, deputado Leur Lomanto Júnior (União-BA), o pedido não se justifica de forma legal, já que "não há impedimento regimental que proíba ou impossibilite os deputados" do partido de participarem do sorteio. Braga, então, afirmou que vai formalizar o pedido e "utilizar de todos os meios de provas disponíveis para demonstrar o que é a ação dessa milícia fascista chamada MBL".

Os sorteados que podem ser escolhidos para a relatoria foram os deputados Cabo Gilberto Silva (PL-PB), Rosângela Reis (PL-MG) e Sidney Leite (PSD-AM).

Após o sorteio, Braga citou falas ameaçadoras do integrante do MBL Gabriel Costenaro e supostas atitudes violentas dele na Universidade Federal do Paraná, como dar "um soco no estômago de uma trabalhadora terceirizada" e "ameaçar a ministra (da Igualdade Racial) Anielle Franco". Ele também alega que Costenaro profereu "xingamentos" a ele e a mãe dele nas redes sociais.

Além disso, o parlamentar afirmou que "frente a tudo que esse marginal (Costenaro) fez", a ação dele "não chegou a ser proporcional". Segundo o deputado, ele tem o direito de "reagir à injusta agressão" do integrante do MBL que tenta "desmoralizar" a esquerda.

A agressão que resultou no pedido de cassação de Braga se deu após uma briga entre ele e Costenaro. Durante o embate, o influenciador ligado ao MBL, acusado de violência doméstica contra uma ex-parceira pelo parlamentar, fez insinuações sobre a mãe do deputado, que está doente. Ele foi então empurrado até a saída da Câmara e chutado por Braga, que alega que Costenaro provocava membros do PSOL de forma recorrente e chegou até a ameaçar "a mãe de um militante nosso com mais de 70 anos".

O deputado também discutiu com o deputado Kim Kataguirí (União Brasil-SP), cofundador do MBL, após o caso ser encaminhado ao Departamento de Polícia Legislativa (DEPOL). Kataguirí dirigiu-se à Depol para apoiar o colega do movimento e acabou se envolvendo no tumulto que foi interrompido por policiais legislativos.

CASO MARIELLI

Deputado do PT completa lista tríplice para relatar a cassação de Brazão

A deputada federal Rosângela Reis (PL-MG) pediu para ser excluída da lista tríplice sorteada para relatar a representação, no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, contra o parlamentar Chiquinho Brazão (sem partido-RJ). O deputado é acusado de ser o mandante do assassinato, em 2018, da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

Com essa desistência, o Conselho de Ética sorteou um novo nome na quarta-feira (24): o deputado Jorge Solla (PT-BA). Rosângela foi a quarta a desistir de relatar o caso, que pode levar à cassação do mandato de Brazão. Na última sessão do conselho, os três primeiros par-

lamentares sorteados desistiram de relatar a representação.

Agora, com o novo nome sorteado, o presidente do colegiado, Leur Lomanto Júnior (União-BA), escolheu o relator entre os deputados Joseildo Ramos (PT-BA), Jorge Solla (PT-BA) e Jack Rocha (PT-ES). O presidente do conselho afirmou que escolherá o relator na próxima sessão, ainda sem data marcada.

A deputada Rosângela Reis, que desistiu de relatar o caso nesta semana, votou pela libertação de Brazão na sessão que, por 277 votos contra 129, manteve o parlamentar fluminense preso. Não foi revelado o motivo dessa desistência. A reportagem procurou a assessoria da

parlamentar, mas não obteve retorno.

O deputado Chiquinho Brazão ganhou três minutos no Conselho de Ética na quarta-feira (24) para se pronunciar sobre a acusação que enfrenta. Ele disse que sabe da gravidade do crime que pesa contra ele e pediu para que, quando for inoportunamente se retratem perante a opinião pública. "Se retratar futuramente em relação à minha família, porque meus filhos, meus netos, meus irmãos, todos com certeza estão sofrendo muito devido à opinião popular e a palavra do deputado não alcance muito grande", disse por videoconferência.

Em seguida, Brazão defen-

deu sua inocência. "Eu vou me resumir a dizer a vocês que sou inocente, que provarei a minha inocência e que compreendo o momento que vocês estão passando com uma grande mídia forçando em cima", completou.

De acordo com as investigações do assassinato de Marielle Franco, o crime foi motivado por questões fundiárias envolvendo as milícias do Rio de Janeiro. O relatório da Polícia Federal (PF) cita uma divergência entre a vereadora e o grupo político do então vereador Chiquinho Brazão em torno do Projeto de Lei (PL) 174/2016, que buscava formalizar um condomínio na zona oeste da capital fluminense.

Segundo relatório da PF, o crime começou a ser prepa-

IRREGULARIDADE

Justiça suspende assinatura de concessão de trem em SP

O sindicato dos Trabalhadores de Empresas Ferroviárias de São Paulo entrou com o pedido de liminar pouco antes do leilão, no qual aponta supostas ilegalidades

A Justiça de São Paulo determinou a suspensão da assinatura do contrato da concessão do Trem Intercidades (TIC), que abrange a implementação de transporte expresso de passageiros entre a capital paulista, Jundiaí e Campinas e a operação de outras duas linhas. A decisão é liminar e acatou ação movida pelo Sindicato dos Trabalhadores Em Empresas Ferroviárias de São Paulo (STEFSP).

O resultado da concessão havia sido anunciado no fim de fevereiro, em leilão realizado pelo governo do Estado na B3, no qual o Grupo Comporte e a gigante chinesa CRRC fizeram a única oferta, em nome do consórcio C2 Mobilidade Sobre Trilhos.

Procurada, a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) respondeu que irá recorrer da decisão, datada de terça-feira, 23. "A Secretaria de Parcerias em Investimentos reforça que responderá a todos os questionamentos e que cumpre todos ritos legais do processo de acordo com a legislação vigente", destacou em nota.

Na decisão, a juíza Simone Gomes Rodrigues Casorretti (da 9ª Vara de Fazenda



O Trem Intercidades tem trajeto com duração estimada de 1h04 a 1h15, entre o Terminal Palmeiras-Barra Funda, zona oeste paulistana, e Campinas

Pública) determinou a suspensão da assinatura do contrato enquanto o tribunal não julgar a ação movida pelo sindicato.

"Para evitar a ineficácia da medida, pois com a assinatura o mandato de segurança perde o objeto, determino a suspensão da assinatura do contrato até que as informações sejam prestadas

e o mérito possa ser analisado", determinou.

O sindicato entrou com o pedido de liminar pouco antes do leilão, no qual aponta supostas ilegalidades no certame. Dentre elas, estão a ausência de inventário detalhado dos bens públicos que passariam a ser de responsabilidade da concessionária, a falta de uma

justificativa técnica para a decisão por uma concessão e a aglutinação de diferentes linhas em um só contrato - o que prejudicaria a competitividade e restringiria o volume de empresas que poderiam participar.

Além do Trem Intercidades, a Parceria Público-Privada (PPP) prevê a implementação de uma linha que interligue Jun-

diaí, Louveira, Vinhedo, Valinhos e Campinas, no interior paulista, e mudanças na operação da Linha 7-Rubi, da CPTM. O consórcio fez a proposta de 0,01% de desconto na contraprestação que será paga pelo governo do Estado, cujo teto era de cerca de R\$ 8 bilhões.

Ligado à família Constantino (da Gol), o Grupo Com-

porte é responsável pela operação do VLT da Baixada Santista, que liga São Vicente a Santos, e do Metrô BH, na capital mineira, dentre outras atividades no ramo de transportes. Já a CRRC (sediada em Pequim) é uma das maiores referências internacionais no fornecimento de equipamentos ferroviários.

Com a concessão, o governo seria responsável, ainda, por pagar quase R\$ 9 bilhões de R\$ 14,2 bilhões a serem investidos em infraestrutura, enquanto o restante seria arcado pela concessionária. Parte dos recursos estaduais será oriunda de empréstimo de cerca de R\$ 6,8 bilhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O contrato envolve a implementação, manutenção e operação das três linhas por 30 anos. A previsão é que o expresso até Campinas e as alterações na CPTM sejam entregues até 2031, enquanto a outra linha seria inaugurada em 2029.

O Trem Intercidades tem trajeto com duração estimada de 1h04 a 1h15, entre o Terminal Palmeiras-Barra Funda, zona oeste paulistana, e Campinas, com parada em Jundiaí. A velocidade média prevista é de 95 km/h. O valor médio estimado do bilhete é de R\$ 50, com teto de R\$ 64 (a ser atualizado anualmente, com base principalmente no IPCA).

Discutida há cerca de duas décadas, a implementação do trem a Campinas passou a ganhar o contorno atual há seis anos. O estudo de viabilidade foi firmado na gestão Geraldo Alckmin (então no PSDB, hoje no PSB), em 2018.

No governo João Doria (à época no PSDB) passou por novas etapas, como consulta e audiências públicas, além de sondagens. Por fim, o governo Tarcísio fez novas alterações e publicou o edital definitivo no ano passado.

Coneção



POR MARCOS LUZ, JOÃO ROMÃO E VINICIUS PALERMO

Firjan e Seeduc unidas contra evasão escolar

Divulgação



O ensino médio tem sido o foco de atuação da Firjan SESI nas últimas décadas. Pesquisa "Combate à Evasão no Ensino Médio: desafios e oportunidades", lançada no ano passado em parceria com o PNUD, trouxe um amplo painel de dados que mostra que meio milhão de jovens acima de 16 anos abandonam a escola a cada ano. Como desdobramento, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), e Roberta Barreto, secretária estadual de Educação do Rio de Janeiro, assinaram um pacto para combater essa tragédia silenciosa na rede pública de ensino do estado do Rio. A cerimônia aconteceu nesta quarta-feira (24), na sede da federação, na capital fluminense. "Conscientes do compromisso da instituição com a formação de jovens para o mundo do trabalho e da responsabilidade com a educação em geral, propomos uma atuação em conjunto com a Seeduc para atrair e reter mais alunos no ensino médio", afirmou Gouvêa Vieira.

ACRJ recebe comitiva da Rice University em seminário

A Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) recebeu, na segunda-feira (22), comitiva de 60 alunos do MBA Executivo Internacional 2024 da Rice University, que participou do seminário Rice University Brazil Business Environment, Planning, Challenges & Opportunities. O grupo foi recebido pela vice-presidente e diretora Executiva do Instituto Mauá da ACRJ, Aspásia Camargo, que representou o presidente Josier Vilar.

Câmara Italiana do Rio participa de evento no Chile

A capital chilena, Santiago, tornou-se o epicentro de importantes discussões comerciais e estratégicas, sediando a Reunião de Área das Câmaras de Comércio Italianas na América Latina. O evento reuniu líderes das Câmaras Italianas em toda a região latino-americana, além de autoridades chilenas e representantes de empresas italianas com atuação no Chile. Entre os participantes está Renata Novotny, presidente da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro.

FIEMG recebe visita de Alessandro Cortese, embaixador da Itália no Brasil

Sebastião Jacinto Júnior / FIEMG

A Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) recebeu, nesta segunda-feira (22), o embaixador da Itália no Brasil, Alessandro Cortese, para uma reunião com o presidente em exercício da Federação, Bruno Melo, empresários, lideranças sindicais e representantes de entidades ligadas aos dois países. A visita foi uma iniciativa também da Câmara de Comércio Italiana de Minas Gerais. O ano de 2024 é considerado especial porque marca os 150 anos da chegada expressiva de imigrantes desse país em terras brasileiras em busca de novas oportunidades. Cortese disse ser a favor da aprovação do acordo Mercosul-União Europeia.



Encontro empresarial Brasil-Paraguai debate oportunidades bilaterais

Encontro empresarial realizado nesta terça-feira (24), na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), debateu oportunidades comerciais, atuais e futuras, entre Brasil e Paraguai, com ênfase especial para a Lei de Maquilas e a agenda paraguaia de conectividade e logística. O Brasil é hoje o maior investidor estrangeiro no Paraguai e grande importador de energia elétrica do país vizinho, em função de Itaipu. O seminário foi liderado pelo Ministro da Indústria e Comércio do Paraguai, Javier Gimenez, que apresentou o cenário de parcerias empresariais e as possibilidades de novos negócios diante do crescimento de investimentos brasileiros no país vizinho.

Fibra-DF, Fecomércio-DF e Sebrae-DF levam propostas a conferência distrital

Na última sexta-feira (19), na Conferência Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra), a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do DF (Fecomércio-DF) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no DF (Sebrae-DF) apresentaram propostas de políticas, estratégias e ações colhidas no encontro preparatório que tratou do tema sob a ótica do empreendedorismo. A conferência foi na sede do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

UCB investirá R\$ 380 milhões em expansão de fábrica de baterias em Minas Gerais

Divulgação

Líder brasileira no fornecimento de soluções de armazenamento de energia, a UCB Power expandirá atividades produtivas em Extrema (MG) visando a fabricação local de soluções de armazenamento de energia da linha UBESS (UCB Battery Energy Storage System). O investimento previsto até 2028 é de R\$ 380 milhões e tem o apoio da Invest Minas, agência de promoção de investimentos do Governo de Minas Gerais. "A expansão de nossas instalações e o amadurecimento do mercado serão fatores importantes para a consolidação do setor de armazenamento no País. Com o investimento na infraestrutura elétrica necessária teremos uma economia mais sustentável, dinâmica e eletrificada", diz **George Fernandes, CEO da UCB Power**.



CRONOGRAMA

Luís Roberto Barroso nega impor câmeras corporais a policiais do estado de São Paulo

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, negou na quarta-feira, 24, um pedido da Defensoria Pública de São Paulo para obrigar policiais a usarem câmeras corporais em operações no Estado. A decisão foi dada após o Palácio dos Bandeirantes apresentar cronograma de ampliação da compra e uso dos equipamentos, com a conclusão da efetiva instalação das câmeras até setembro, às vésperas da eleição.

maneira adequada a alocação de custos, o processo licitatório, e a logística de capacitação de seus operadores. "Portanto, diante do compromisso assumido pelo Estado, neste momento, não é necessário expedir ordem judicial determinando que o Estado faça aquilo que já se comprometeu a fazer", anotou. O presidente do STF ressaltou, no entanto, que pode reapreciar o pedido, conforme a evolução do cronograma de Tarcísio. "A mera previsão da ação é incapaz de tutelar adequadamente os direitos fundamentais, que devem ser garantidos pelo Estado em um cenário de falha sistêmica de políti-

cas públicas de segurança e da política de uso de câmeras corporais pelas forças policiais", explicou o ministro. Caberá ao Núcleo de Processos Estruturais Complexos do Supremo acompanhar a execução do planejamento. Assim, caso o cronograma não seja devidamente executado e a obrigação seja descumprida, Barroso poderá revisitar sua decisão. De acordo com Barroso, 'ambas as partes' do processo concordam quanto à relevância do uso de câmeras corporais para a consecução da política pública de segurança pública. O ministro destacou que os equipa-

mentos possuem função de 'dupla garantia', tanto para os cidadãos como para os policiais, aumenta a transparência e responsabilidade da atuação dos agentes e serve como meio de prova. A decisão foi proferida no bojo de um recurso impetrado pela Defensoria Pública contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que rejeitou obrigar o uso da câmera presa ao uniforme dos policiais. O argumento da Corte paulista para rechaçar o pedido foi o de que o custo anual da implementação dos equipamentos seria de R\$ 330 milhões a R\$ 1 bilhão, interferindo no orçamento e nas políticas públicas

de segurança. Barroso já havia negado impor a instalação de imediato das câmeras, mas a Defensoria voltou a acionar a Corte, sustentando 'agravamento' do cenário de letalidade policial em São Paulo, dando ênfase à Operação Verão - ação maciça de tropas da PM no litoral de São Paulo que deixou mais de 50 civis mortos após a execução de dois PMS, no Guarujá e em Santos. A Defensoria pediu que, em ofensivas da envergadura da Operação Verão, os policiais usem o equipamento já adquirido pelo Estado. O presidente do STF, então, instou o governo de São Paulo a apresentar informações

sobre o tema. À Corte, Tarcísio remeteu dados do Programa Muralha Paulista, cujo objetivo é 'aprimorar o uso de soluções tecnológicas na atividade de segurança pública'. O governo paulista também mandou para o Supremo um cronograma para implementação dos equipamentos. Barroso destacou três pontos principais do documento: a publicação do edital de compra em maio; a assinatura do contrato prevista para junho; e a efetiva instalação e capacitação dos operadores, prevista para ser concluída em setembro. É esse cronograma que será acompanhado de perto pelo STF.

Relatório de administração da Digimais Participações S.A. (CNPJ nº 02.659.727/0001-00). Relatório da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Contém balanços patrimoniais, demonstrações de resultados, fluxos de caixa e demonstrações de patrimônio líquido.

Opinião do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. O auditor concluiu que as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras. Não foram observadas distorções relevantes que possam causar dúvidas sobre a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 62FE-9682-8471-E7BF.



B.A. - Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 10.468.152/0001-77

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atenção às disposições legais e estatutárias, submetemos a V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Table with 2 main columns: BALANÇOS PATRIMONIAIS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, and DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ções financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

4.1 Apreciação do resultado: O resultado das operações (custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. 4.2 Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

4.3 Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa: A provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perdas de crédito esperadas, conforme introduzido pelo CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros.

4.4 Imobilizados: Está registrado ao custo de aquisição e está sujeito à avaliação do valor recuperável periodicamente e/ou sempre que as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor negociado para aquisição e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da empresa adquirida.

Table: DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES. Columns: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022.

Table: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA. Columns: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022.

Table: DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES (continued). Columns: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022.

Table: 16. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS. Columns: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022.

Table: 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social. Columns: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022.

Table: 18. EVENTOS SUBSEQUENTES. Columns: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022.

Edição Nacional - Diário Comercial

Este documento foi assinado digitalmente por: JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 62FE-9682-8471-E7BF.

Grant Thornton São Paulo, 05 de abril de 2024

Rafael Dominguez Barbosa Contador - CRC 15P290045/O-4

Advertisement for Diário Comercial with text: 'O melhor custo-benefício do mercado está no Diário Comercial. Faça uma cotação e comprove.' and images of the newspaper.

SOMAFEL - ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS S.A. BALANÇO NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

SOMAFEL - ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS S.A. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

SOMAFEL - ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS S.A. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

SOMAFEL - ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS S.A. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS EXERCÍCIOS DE 2022 E 2023

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO. Senhores Acionistas, Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso relatório e parecer sobre o Relatório e Contas da SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo.

respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão; • Conclusões sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades.

EPOS - EMPRESA PORTUGUESA DE OBRAS SUBTERRÂNEAS, S.A. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

EPOS - EMPRESA PORTUGUESA DE OBRAS SUBTERRÂNEAS, S.A. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

EPOS - EMPRESA PORTUGUESA DE OBRAS SUBTERRÂNEAS, S.A. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO. Senhores Acionistas, Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso relatório e parecer sobre o Relatório e Contas da EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo.

Respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão; • conclusões sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO. Senhores Acionistas, Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso relatório e parecer sobre o Relatório e Contas da EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo.

Respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão; • conclusões sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades.

FISCALIZAÇÃO

Lula homenageia cão 'Joca' em gravata e cobra providências. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) usou uma gravata especial para homenagear o cachorro "Joca", um golden retriever de cinco anos que morreu durante um transporte aéreo realizado pela Gollog, empresa da companhia aérea Gol, na segunda-feira, 22.

Durante uma cerimônia de assinatura de projetos voltados ao Ministério da Cultura, Lula afirmou que o uso da gravata, que é ilustrada com um desenho de cachorro, era uma forma de protesto ao que ocorreu com o golden retriever. "A minha gravata tem no desenho um cachorrinho. Eu coloquei ela hoje (quarta) de manhã em protesto ao que aconteceu com o cachorro de um cidadão, que mandou o seu cachorro para Sinop, no Mato Grosso. Esse cachorro, ao invés de ser embarcado para Sinop, ele foi embarcado para o Ceará. Quando chegou no Ceará, descobriram que não era para lá, mandaram de volta e o cachorro morreu, porque ficou oito horas sem tomar água, preso dentro do avião", afirmou o petista.

A primeira-dama, Janja da Silva, também se posicionou sobre a morte do golden retriever e disse que a Gol agiu com "irresponsabilidade". Segundo ela, o ministro dos Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, acionou a Anac, que instaurou um processo administrativo contra a companhia aérea. Segundo o ministro, a empresa terá três dias para explicar os motivos que levaram à morte de Joca durante o transporte. "Ontem (terça) todo mundo ficou sabendo do caso do Joca que, infelizmente, por irresponsabilidade da companhia aérea Gol, o cachorro veio a morrer no transporte. Ele foi tratado como carga, e não como ser vivo", afirmou Janja em um vídeo publicado no X, na quarta-feira, 24.

Na segunda, o tutor de Joca, João Fantazzini, deixou o cachorro no Aeroporto de Guarulhos, na Grande São Paulo. O destino do golden retriever era para Sinop, no Mato Grosso, mas ele acabou sendo transportado para Fortaleza, no Ceará. "Assim que o tutor chegou em Sinop, foi notificado sobre o ocorrido e sua escolha foi voltar para Guarulhos para reencontrar o Joca. A Gol lamenta profundamente o ocorrido e se solidariza com a dor do seu tutor", disse a companhia aérea. Pelas redes sociais, Fantazzini responsabilizou a Gol pela fatalidade. "Você é o amor da minha vida, desculpe por qualquer coisa. Eles precisam pagar. Mataram meu filho (...) Você me ensinou o que é um amor verdadeiro, o que é empatia e o verdadeiro significado de paiceira e amor! Minha saudade vai ser diária!", afirmou o tutor do golden retriever. Após o incidente, a Gol suspendeu o serviço de transporte de cães e gatos por 30 dias. A companhia aérea informou que está fazendo uma sindicância interna para apurar a morte do cachorro. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), os tutores de Joca prestaram depoimento na tarde de terça-feira, 23.

LAVAGEM DE DINHEIRO

Polícia Civil prende sete pessoas por suspeita de tráfico internacional de THC

Policiais civis do Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo detiveram, na quarta-feira (24), sete pessoas suspeitas de importar e revender, ilegalmente, óleo de maconha. Duas pessoas apontadas como líderes do suposto esquema não foram localizadas e seguem foragidas.

As prisões têm caráter preventivo. A ação, batizada de Operação Refil Verde, foi coordenada pela Polícia Civil do Distrito Federal, no âmbito da Operação Narke, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Segundo o delegado Rogério Rezende, da Coordenação de Repressão às Drogas (Cord) do Distrito Federal, os suspeitos operavam um sofisticado esquema de tráfico internacional de drogas e lavagem de dinheiro, com ramificações em diferentes unidades federais.

Ainda de acordo com o delegado, as investigações começaram há cerca de um ano, depois que os Correios comunicaram à Polícia Civil do Distrito Federal que funcionários da empresa tinham retido uma encomenda suspeita. No decorrer da apuração, os investigadores reuniram provas de que os nove suspeitos compravam uma grande quantidade de óleo de cannabis de empresas dos



Acusados são suspeitos de importar e revender ilegalmente óleo de maconha em sofisticado esquema de tráfico

Estados Unidos. O produto era enviado para endereços no Paraguai, misturado em potes de cera para depilação.

"Do Paraguai, o produto era trazido para o Brasil via Foz do Iguaçu (PR)", afirmou Rezende a jornalistas. O produto era então remetido, pelos Correios, para São Paulo, onde parte do grupo o dissolia. O

óleo de maconha era então envasado em frascos comprados da China, identificados com uma logomarca do produto, e revendido para o restante do país. Segundo Rezende, em apenas um mês, o grupo chegou a movimentar cerca de R\$ 2 milhões com o esquema.

Além dos acusados de

adquirir, preparar e distribuir a substância, o suposto esquema contava ainda com um profissional encarregado de criar e administrar os sites na internet e perfis em redes sociais que o grupo usava para vender o óleo de cannabis e os cigarros eletrônicos para consumo da substância. Na quarta-feira, a Anvisa proi-

biu a fabricação, importação, comercialização e distribuição de cigarros eletrônicos.

"Em dado momento, o rapaz da tecnologia pediu para deixar de ser remunerado como mero ajudante, para receber como membro da organização. Porque ele viu o quanto de dinheiro isso estava rendendo e que ele era o responsável por organizar o braço tecnológico", comentou Rezende, revelando que o rapaz foi detido no Rio de Janeiro. De acordo com a Polícia Civil do Rio de Janeiro, a prisão ocorreu em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense (RJ).

Ainda segundo os investigadores, os suspeitos abriam contas bancárias fraudulentas em nomes de terceiros, burlando tecnologias de reconhecimento facial. Também criavam empresas fantasmas e usavam documentos falsos para tentar impedir que as autoridades públicas identificassem a existência de um "complexo sistema de lavagem de dinheiro proveniente do mercado ilícito das drogas".

O grupo também contava com a visibilidade de influenciadores digitais de diferentes regiões, contratados para "divulgar os produtos", expandido as vendas para todo o país. Três influenciadoras brasileiras com milhares de

seguidores nas redes sociais estão entre os sete presos preventivos.

"Estas influenciadoras eram responsáveis por fazer a propaganda do entorpecente. Em vídeos, elas fumavam, falavam sobre o barato que ele dava e o vendiam. Ainda não sabemos se elas eram remuneradas por percentual de venda ou se havia um pagamento mensal", acrescentou Rezende, destacando que os investigados também podem responder por crimes contra a saúde pública.

"Ao adquirir este tipo de produto, a pessoa, além de estar consumindo o THC (tetrahydrocannabinol), está ingerindo outros produtos químicos. Imagina o mal que isso faz para a pessoa. Por isso temos que reprimir este tipo de modalidade criminosa. Porque além da questão criminal, é também uma questão de saúde pública muito séria", finalizou Rezende, adiantando que as autoridades policiais pedirão que todos os sites, perfis em redes sociais e publicações associadas à oferta do óleo sejam retirados do ar.

O THC, junto com o canabidiol (CBD), é um dos compostos da Cannabis sativa, estudado tanto por suas propriedades psicoativas, quanto por seu potencial terapêutico.

Ibitu Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 13.950.526/0001-84

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022.

Table with 4 main columns: Balanço Patrimonial (Ativo and Passivo Circulante), Balanço Patrimonial (Ativo and Passivo Circulante), Demonstrações dos Resultados, and Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Each column has sub-columns for 2023 and 2022, and a Total column.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Table titled 'Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido' showing changes in equity components like Adiantamento para futuro aumento de capital, Resultados acumulados, and Prejuízos acumulados for 2023 and 2022.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Table titled 'Demonstrações dos Fluxos de Caixa' showing cash flows from operations, financing, and investing activities for 2023 and 2022.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Table titled 'Demonstrações dos Resultados Abrangente' showing comprehensive results including income, expenses, and taxes for 2023 and 2022.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras completas com as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis na sede da Companhia e eletronicamente no endereço https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal.



BTG PACTUAL HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.110.438/0001-71

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

Table with columns: Balanços Patrimoniais, Nota, 2023, 2022. Rows include Ativo (Caixa e equivalentes de caixa, Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, etc.) and Passivo (Obrigações fiscais e previdenciárias, Adiantamento para futuro aumento de capital, etc.).

Table with columns: Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido, Nota, Capital social, Capital a realizar, Reservas de capital, Estatutária, Total, Ajuste de avaliação patrimonial, Lucros acumulados, Total. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2021, Saldos em 31 de dezembro de 2022, and Saldos em 31 de dezembro de 2023.

Table with columns: Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Nota, 2023, 2022. Rows include Lucro líquido do exercício, Ajustes ao lucro líquido, Resultado de participações em coligadas, Depreciações e amortizações, etc.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
1. Contexto operacional: A BTG Pactual Holding de Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 25/10/2004, tendo como objeto social, a participação em outras sociedades, simples ou empresárias, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os ativos e passivos estão mensurados, principalmente, pelo valor justo, e os ativos e passivos que não estão ao valor justo estão registrados a valores que se aproximam do valor justo devido ao curto prazo de vencimento.

3. Principais práticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa: Para fins de demonstração do fluxo de caixa, estão incluídos, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com prazo de vencimento, normalmente de três meses a contar da data de aquisição.

4. Gerenciamento de risco: a. Risco de mercado: O Gerenciamento de Riscos no Grupo BTG Pactual é realizado mediante o envolvimento de todas as instâncias de gestão e de controle da Instituição. O Conselho de Administração do Banco, nos termos da Resolução CMN 4.557/2017, é a instância responsável por fixar os níveis de apetite por riscos, aprovar e revisar as políticas, as estratégias e os limites de riscos, as políticas e as estratégias de gestão de capital, o programa de testes de estresse, a gestão da política de gestão da continuidade dos negócios, entre outras atividades.

5. Caixa e equivalente de caixa: O saldo dessa rubrica refere-se a depósitos mantidos no Banco BTG Pactual S.A. no valor de R\$13 (31/12/2022 - R\$5). 6. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: 2023, 2022. Tabelas com colunas: Prazo máximo, Valor, Prazo máximo, Valor.

Table with columns: 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include BTGP Corretora de Seguros, Pan Corretora, BTG Pactual Corretora de Resseguros Ltda., BTG Pactual Colômbia, LLZ Solução Cobrança S.A., Agio LLZ Solução Cobrança S.A., Outros, Total.

9. Obrigações fiscais e previdenciárias: 2023, 2022. Impostos e contribuições a recolher, Impostos e contribuições a pagar (i).

10. Adiantamento para futuro aumento de capital: Em 31/12/2023, a rubrica refere-se ao adiantamento futuro de capital emitido em 30/09/2022, no valor de R\$897.000 (Em 31/12/2022 - R\$ 897.000).

11. Patrimônio Líquido: a. Capital social: Em 31/12/2023 o capital social autorizado da Sociedade era de R\$1.800 (31/12/2022 - R\$1.800), representado por 506.800 (31/12/2022 - 506.800) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em assembleia geral extraordinária realizada em 1/06/2022, foi aprovada a capitalização das reservas da Companhia no valor de R\$ 495.000 sem emissão de ações, destinados a conta de capital social e o aumento de capital no valor de R\$ 499.500, mediante a emissão de 499.500 novas ações ordinárias, o qual foi destinado integralmente à conta de capital social da Companhia.

12. Resultado líquido com instrumentos financeiros: 2023, 2022. Tabelas com colunas: Dividendos, Colas em fundos de investimento, Compromissadas, Outros, Total.

Table with 4 columns: 2023, 2022, 2023, 2022. Includes sections for '13. Imposto de renda e contribuição social' and '14. Partes relacionadas'.

Aos Administradores e Acionistas BTG Pactual Holding Participações S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BTG Pactual Holding Participações S.A. ("Companhia")...

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações...

2022 a Sociedade não tem contabilizados ativos e passivos contingentes e não é parte em processos envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas. 16. Resultado por ação: Lucro líquido do exercício 966.984 201.754...

Brasympe Energia S.A. CNPJ/MF nº 04.831.696/0001-59

Relatório da Administração. Exercício social 2023. Aos Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Acionistas, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasympe Energia S.A. ("Companhia")...

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022, 2023, 2022. Includes sections for 'Balancos patrimoniais 31/12/2023' and 'Demonstrações dos resultados 31/12/2023'.

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022, 2023, 2022. Includes sections for 'Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022' and 'Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022'.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Aos acionistas da Brasympe Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasympe Energia S.A. ("Companhia")...

O Diário Comercial é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



Fale com quem entende de Publicidade Legal.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/62FE-9682-8471-E7BF> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 62FE-9682-8471-E7BF



Hash do Documento

21EEFBE587553E8B3DFE4F7E409F15A006F28F38D0A4BFAE98CD681C20955F38

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 25/04/2024 01:05
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

